

**RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA VENDA CONTROLADA
DE MEDICAMENTOS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

**RISKS OF SELF-MEDICATION AND IMPORTANCE OF CONTROLLED SALE OF
MEDICINES: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW**

Andrielly Dias Lavor

Aluna do Curso Bacharelado em Farmácia, do
Centro Universitário Santa Maria – UNIFSM.

E-mail: andrielly-dias@hotmail.com

Diego Igor Alves Fernandes de Araújo

Doutor em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos
pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB;

Docente do Curso Bacharelado em Farmácia do
Centro Universitário Santa Maria – UNIFSM.

E-mail: 000831@fsmead.com.br

Resumo

Introdução: a automedicação é uma prática cada vez mais comum e culturalmente aceita. Muitas pessoas utilizam medicamentos sem passar pela prescrição ou orientação profissional, se submetendo a riscos de graves danos à saúde. Apesar da regulamentação vigente, a automedicação permanece como preocupação atual que ocasiona elevados gastos públicos, morbidade e mortalidade, impactando negativamente a saúde pública e a sociedade em geral.

Objetivo: analisar a importância do controle sobre a venda de medicamentos como forma de combate à automedicação, por meio de uma revisão integrativa da literatura. **Método:** revisão integrativa da literatura, com levantamento de estudos nas bases de dados: biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); e no motor de busca PubMed Central (PMC). Foram selecionados somente os estudos publicados nos anos entre 2019 e 2023, perfazendo o período de 5 (cinco) anos; publicações em português ou inglês, possuindo no título ou no resumo pelo menos um dos descritores utilizados nos critérios de busca e disponíveis gratuitamente na internet. Não foram considerados os trabalhos de conclusão de curso, como relatórios, monografias e dissertações. Somente 9 estudos atenderam aos critérios de elegibilidade. **Resultados e discussão:** após a análise, verificou-se que o acesso facilitado a medicamentos motiva preocupações, especialmente a públicos mais vulneráveis que podem sofrer efeitos adversos graves, intoxicações medicamentosas e outras complicações relacionadas à automedicação e uso irracional de medicamentos. Além do controle, regulamentação e fiscalização mais rigorosos, a ação do farmacêutico é essencial para estimular condutas de autocuidado, prevenção e promoção da saúde. **Conclusão:** o controle sobre a venda de medicamentos ainda é insuficiente para reduzir a prática da automedicação por meio da acessibilidade. A atuação do farmacêutico permanece como meio de intervenção essencial para orientar a população e estimular condutas de autocuidado em relação ao consumo de medicamentos.

Palavras-chave: Automedicação; Controle de medicamentos; Medicamentos sem prescrição;

Venda de medicamentos.

Abstract

Introduction: Self-medication is an increasingly common and culturally accepted practice. Many people use medications without a prescription or professional guidance, exposing themselves to the risk of serious harm to their health. Despite current regulations, self-medication remains a current concern that causes high public expenditure, morbidity, and mortality, negatively impacting public health and society in general. **Objective:** to analyze the importance of controlling the sale of medications as a way to combat self-medication, through an integrative literature review. **Method:** integrative literature review, with a survey of studies in the following databases: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS); and the PubMed Central (PMC) search engine. Only studies published between 2019 and 2023 were selected, covering a period of 5 (five) years; publications in Portuguese or English, having in the title or abstract at least one of the descriptors used in the search criteria and available free of charge on the internet. Final coursework, such as reports, monographs and dissertations, was not considered. Only 9 studies met the eligibility criteria. **Results and discussion:** after the analysis, it was found that easy access to medicines raises concerns, especially among more vulnerable groups who may suffer serious adverse effects, drug poisoning and other complications related to self-medication and irrational use of medicines. In addition to stricter control, regulation and inspection, the role of pharmacists is essential to encourage self-care, prevention and health promotion. **Conclusion:** control over the sale of medicines is still insufficient to reduce the practice of self-medication through accessibility. The role of pharmacists remains an essential means of intervention to guide the population and encourage self-care behaviors in relation to the consumption of medicines.

Keywords: Self-medication. Medication control. Non-prescription medications. Sale of medications.

1. Introdução

Os medicamentos são insumos essenciais destinados a diagnosticar, prevenir e curar doenças, aliviando sintomas e produzindo efeitos desejáveis no processo terapêutico como resultado da ação de substâncias identificadas e desenvolvidas com critério e rigor científico. Para que alcancem a finalidade almejada, os medicamentos devem ser utilizados de forma segura, conforme as recomendações médicas e segundo os parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (Lima; Guedes, 2021).

O uso inadequado de medicamentos pode ocasionar efeitos graves ao organismo humano, muitas vezes favorecendo a progressão de doenças, ocultando sintomas importantes e produzindo efeitos adversos graves. Nesse contexto, a automedicação atualmente representa um problema de saúde pública que afeta grande parte da população em praticamente todo o mundo. A facilidade para adquirir medicamentos sem a necessidade de prescrição médica, bem como

as propagandas veiculadas pela mídia, são alguns fatores que contribuem para a automedicação (Reis *et al.*, 2023).

Muitos medicamentos isentos de prescrição podem ser facilmente adquiridos em farmácias e drogarias por pacientes que, na busca por soluções rápidas para seus problemas de saúde, realizam um autodiagnóstico seguido de uma automedicação com variadas classes medicamentosas, incluindo analgésicos e anti-inflamatórios, vitaminas, antissépticos, laxantes, antiácidos, antifúngicos, entre outros (Paula; Rodrigues; Marçal, 2022).

O ato de muitos indivíduos, ao tomarem a decisão independente de fazer uso de medicamentos sem orientação profissional, ao passo que compromete perigosamente a saúde e o bem-estar, representa um desafio cada vez mais complexo para o sistema de saúde, já que envolve altos custos ligados à necessidade de tratamento das consequências provocadas pela automedicação (Lima Junior, 2023).

A automedicação é uma causa importante de intoxicação em idosos, por exemplo, haja vista que entre as pessoas com idade avançada é mais frequente o uso concomitante de diversos medicamentos que, muitas vezes, passam a ser utilizados por influência de diversos fatores, como o incentivo por parte de amigos e familiares ou as propagandas de medicamentos, mas sem prescrição médica ou orientação profissional. Cabe destacar que o fator cultural também é importante, tendo em vista que para grande parte da população o medicamento é visto como um sinônimo de cura (Moreira; Araújo, 2023).

A problemática da automedicação tem motivado a continuidade de estudos que ressaltam a importância da conscientização das pessoas sobre os riscos dessa prática (Santos; Albuquerque; Guedes, 2022). Na ausência da orientação profissional sobre o uso de medicamentos no momento da dispensação, os usuários passam a adotar os próprios critérios, desrespeitando os limites de dosagem e duração do tratamento e ignorando os riscos de intoxicação ou interação medicamentosa, por exemplo.

Nesse contexto, a atuação do farmacêutico é essencial para reduzir os riscos de intoxicação, proporcionar maior segurança e eficácia no tratamento medicamentoso. As orientações do profissional habilitado, no momento da

dispensação ou no acompanhamento terapêutico, abrangem as indicações de dosagem, mecanismo de ação do princípio ativo, horários de tomada e possíveis interações medicamentosas, efeitos adversos esperados, entre outras indispensáveis à segurança do paciente (Oliveira; Silva, 2023).

No sistema de saúde, cabe ao profissional farmacêutico identificar e corrigir os possíveis problemas associados ao tratamento medicamentoso. Assim, esse profissional contribui para reduzir esse tipo de problema e promover o uso racional dos medicamentos. Ao mesmo tempo, o farmacêutico também desempenha funções educativas na comunidade, conscientizando a população sobre os riscos da automedicação e a importância de buscar apoio junto aos profissionais habilitados (Cordeiro, 2022).

O controle rigoroso sobre a venda de medicamentos também pode contribuir para reduzir a incidência da automedicação na população em geral, aperfeiçoando o sistema de saúde quanto à prescrição, dispensação e consumo, do qual o farmacêutico é um integrante que desempenha papel central (Paula; Rodrigues; Marçal, 2022).

Tendo em vista todas as considerações já expostas acerca da automedicação como problema de saúde pública e da necessidade de intervenção para conscientização e controle, o presente estudo foi desenvolvido com base na seguinte questão norteadora: o controle rigoroso sobre a venda de medicamentos pode contribuir para o combate à automedicação?

A escolha do tema se justifica diante da alta prevalência de automedicação e dos riscos associados, levando em consideração a grande quantidade de medicamentos de venda livre, com diversas classes medicamentosas isentas de prescrição, mas com potencial para causarem graves prejuízos à saúde quando consumidas de forma totalmente independente, sem prescrição médica ou orientação profissional. Assim, o presente estudo pode contribuir para enriquecer a literatura correlata, proporcionando informações atuais sobre os fatores e riscos relacionados à prática da automedicação.

O objetivo do estudo é analisar a importância do controle sobre a venda de medicamentos como forma de combate à automedicação, por meio de uma revisão integrativa da literatura.

2. Revisão da Literatura

A automedicação é uma prática que pode acarretar problemas irreversíveis no organismo, tais como insuficiência renal, lesões hepáticas, insuficiência cardíaca, agravamento de doenças, reações alérgicas graves e até mesmo a morte. Também existe risco de diagnóstico incorreto, interações medicamentosas e seus efeitos colaterais, ocultação de sintomas importantes, dependência de medicamentos e resistência bacteriana. O tratamento paliativo pode mascarar doenças, levando a um agravamento do quadro clínico que pode ter consequências irreversíveis (Reis *et al.*, 2023).

O uso incorreto dos medicamentos de venda livre também representa uma problemática preocupante, tendo em vista que, embora não se exija prescrição para a comercialização, a posologia inadequada compromete a finalidade terapêutica e pode desencadear intoxicações, efeitos adversos graves e inefetividade do tratamento. Um exemplo é o paracetamol que, quando utilizado em dose superior, pode ocasionar lesões hepáticas e hemorragias (Andrade; Moreno; Lopes-Ortiz, 2021).

A automedicação e uso indiscriminado de medicamentos são práticas comuns, mas que envolve sérios riscos à saúde da população. Devido aos efeitos indesejados, a população deve ser orientada sobre o uso correto dos medicamentos, ao mesmo tempo em que os fatores relacionados à automedicação devem ser mitigados e combatidos, haja vista os impactos na saúde pública (Paula; Rodrigues; Marçal, 2022).

O agravamento de doenças e os efeitos adversos das interações medicamentosas são problemas comuns devido à automedicação. Um erro de diagnóstico ou falha no tratamento pode resultar em agravamento do quadro clínico, levando a complicações adicionais. A interação entre diferentes classes medicamentosas utilizadas sem prescrição ou orientação pode causar intoxicação grave, elevando os custos com internação e tratamento de complicações que tiveram início a partir da automedicação (Santos; Albuquerque; Guedes, 2022).

Diversos fatores levam as pessoas a praticarem a automedicação. A facilidade para obter medicamentos sem receita, má prestação de serviços de saúde, bem como a dificuldade para conseguir consultas médicas nos sistemas de saúde e as propagandas constantes que incentivam a prática são alguns desses fatores (Costa Junior; Oliveira; Amorim, 2022). Entretanto, a automedicação envolve um contexto social mais amplo, incluindo os altos custos de uma consulta médica ou plano de saúde, falhas no controle farmacêutico e regulamentação, bem como o baixo nível de informações da população em relação aos riscos do uso inadequado de medicamentos.

A facilidade para obter medicamentos sem receita médica ainda é um dos fatores mais importantes, que traduz a praticidade e baixo custo ao paciente. Atualmente, embora a regulamentação da venda de medicamentos tenha contribuído em parte, as pessoas ainda conseguem comprar medicamentos sem receita com facilidade, revelando uma falha de fiscalização. Muitas pessoas se automedicam por entenderem que seus sintomas são simples e a consulta médica é desnecessária. Diante de uma dor de garganta ou dor de dente, por exemplo, preferem utilizar um medicamento por conta própria (Paula; Rodrigues; Marçal, 2022).

Em muitas localidades, o acesso aos serviços de saúde ainda é limitado e leva muitas pessoas a se automedicarem sem recorrer à orientação profissional. Os custos associados às consultas, exames e medicamentos de referência podem ser muito elevados para grande parte das pessoas, fazendo com que a automedicação pareça uma solução mais conveniente. A prática de automedicar-se se tornou comum e culturalmente aceita, fazendo com que muitas pessoas confiem em indicações de amigos e familiares, ou mesmo em informações disponíveis na internet sobre tratamento de doenças, alívio de sintomas e consumo de medicamentos (Cordeiro, 2022).

Nesse sentido, os profissionais de saúde possuem conhecimentos e habilidades para promover a saúde da população, orientando sobre o uso correto de medicamentos e evitando as decisões equivocadas de consumo. Diversas estratégias podem ser implementadas para promover o uso racional dos medicamentos. A educação em saúde pode ser efetivada por meio de campanhas

de conscientização, materiais educativos, palestras nas comunidades e escolas, bem como campanhas na mídia para informar as pessoas sobre os riscos de consumir medicamentos sem prescrição e orientação por profissional de saúde habilitado (Moysés *et al.*, 2022).

As medidas de regulação, fiscalização e controle cumprem com papel adicional para garantir medicamentos mais seguros e eficazes, restringindo a venda sem prescrição para os produtos sujeitos a receita médica, especialmente e envolver substâncias sujeitas a abuso. A publicidade de medicamentos também deve ser limitada para evitar informações que levem o consumidor a erro quanto aos riscos e benefícios dos medicamentos (Silva, 2023).

O controle e a fiscalização da venda de medicamentos no Brasil estão ligados a órgãos reguladores e leis específicas. A Anvisa é o principal órgão que regulamenta e fiscaliza a produção e comercialização dos medicamentos, estabelecendo padrões de qualidade e segurança, além de manter o controle e monitoramento dos medicamentos no mercado de consumo (Carsoni; Avigo Junior, 2018).

3. Metodologia

O estudo é de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e técnica documental indireta. Delineou-se uma revisão integrativa da literatura, com buscas realizadas em bases científicas de dados entre os meses de agosto e outubro de 2024, ao que se seguiu, concomitantemente, a análise crítica dos estudos e a discussão dos resultados. A coleta de dados foi feita a partir da leitura de todos os estudos selecionados, sendo considerados os pontos de interesse na análise, como os objetivos e os resultados de cada estudo, além da conclusão a que chegaram os autores.

O levantamento dos estudos foi feito em bases de dados de acesso gratuito da internet, quais sejam: biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); e no motor de busca PubMed Central (PMC), bem como através de pesquisas complementares no site Google Acadêmico.

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados nos anos entre 2019 e 2023, perfazendo o período de 5 (cinco) anos; publicações em português ou inglês, possuindo no título ou no resumo pelo menos um dos descritores utilizados nos critérios de busca e disponibilizados gratuitamente na internet. Quanto aos critérios de exclusão, foram excluídos da pesquisa os estudos publicados que não atenderam aos critérios de inclusão acima citados, além de trabalhos de conclusão de curso, como monografias, relatórios e dissertações. A busca e a coleta de dados foram realizadas a partir dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DECs): “automedicação”, “controle de medicamentos”, “medicamentos sem prescrição”, bem como seus equivalentes em inglês: “self medication”, “drug control”, “nonprescription drugs”.

A coleta de dados foi feita por meio da leitura integral dos estudos que atenderam aos critérios de inclusão. Após a coleta de dados e leitura de todos os estudos selecionados, os dados extraídos foram apresentados por meio de quadros ou tabelas. Como método de interpretação dos resultados, foi utilizada a análise descritiva e qualitativa. Os estudos foram selecionados na pesquisa para análise e interpretação, com base nos objetivos e resultados elaborados pelos autores.

A organização dos resultados da pesquisa se deu por meio de sumarização, evidenciando os principais achados que precisam ser expostos de maneira clara e sucinta, proporcionando assim ao leitor a análise crítica sobre a temática abordada. Na análise dos resultados, foram construídas discussões com base na opinião de autores que se dedicam ao estudo do tema.

4. Resultados e Discussão

As pesquisas em bases de dados resultaram em 441 títulos, somando as bases SciELO, LILACS e Pubmed-PMC. A maioria dos estudos foi eliminada ao submeter os critérios de inclusão e exclusão quanto ao ano de publicação, idioma, tipo de estudo e descritores, sendo mantidos apenas 38 artigos para avaliação do resumo e conteúdo. Nessa etapa, 24 artigos foram eliminados por divergência de

enfoque temático e, finalmente, apenas 9 artigos atenderam aos critérios de elegibilidade e foram selecionados para análise e síntese

O quadro 1 apresenta uma breve caracterização dos estudos quanto ao autor e ano de publicação, título e periódico, seguindo uma ordem cronológica de apresentação.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos selecionados para análise

Nº	Autor e ano	Título	Periódico
1	Batista <i>et al.</i> , 2021	Automedicação e saúde pública: dimensionamento dos fatores de risco e comportamentos de saúde.	Saúde e Pesquisa
2	Duarte <i>et al.</i> , 2021	Óbitos e internações decorrentes de intoxicações por medicamentos com prescrição e isentos de prescrição, no Brasil.	Revista de Saúde Pública
3	Pepe; Novaes; Osorio-de-castro, 2021	COVID-19 e os desafios para a regulação de medicamentos em tempos de pandemia.	Ciências & Saúde Coletiva
4	Silva; Rocha; Batista, 2021	Prescrições de medicamentos sujeitos a controle especial em um município do Seridó Potiguar, Brasil.	Infarma Ciências Farmacêuticas
5	Sousa <i>et al.</i> , 2021	Análise do consumo de medicamentos que sofreram alterações em sua regulamentação sanitária durante a pandemia do Covid-19.	Research, Society and Development
6	Jesus; Salazar, 2022	Automedicação na terceira idade: perfil epidemiológico de idosos na aquisição de medicamentos em drogarias de Imperatriz – MA.	Brazilian Journal of Development
7	Santos <i>et al.</i> , 2022	Comportamento de estudantes universitários da área da saúde com relação à utilização de medicamentos e a prática da automedicação.	Research, Society and Development
8	Azevedo; Santos; Menezes, 2023	Influência da propaganda na automedicação entre a população de Vitória da Conquista.	Id on line Revista de Psicologia
9	Cavalcante; Silva; Quintilio, 2023	Automedicação entre os profissionais de saúde e o papel do farmacêutico.	Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Fonte: elaborado pela autora, 2024

Os estudos selecionados foram publicados em língua portuguesa, sem publicações em outros idiomas que atendessem aos critérios de inclusão no presente estudo. O ano mais frequente foi 2022, representando 56% da amostra (n=5). Em 2022 foram identificados 22% (n=2) e em 2023, novamente 22% (n=2). Não foram identificadas publicações em 2019 e 2020. Dois estudos foram publicados no periódico “Research, Society and Development” e os demais foram publicados em revistas que não se repetiram na amostra estudada.

Os estudos abordaram temáticas relacionadas à automedicação e acesso a medicamentos, com destaque para os fatores de risco e incidência de hospitalização por intoxicação medicamentosa, desafios da regulamentação e controle de medicamentos, perfil da automedicação na população, conhecimento de profissionais e estudantes da área da saúde sobre o tema e papel do farmacêutico nesse contexto. O método mais frequente foi o estudo descritivo, de caráter transversal ou epidemiológico e com abordagem quantitativa.

Batista *et al.* (2021) realizaram estudo para caracterizar a prática de automedicação em adultos, investigando fatores de risco relacionados aos comportamentos individuais. O estudo abrangeu uma amostra de 537 participantes que responderam a um inquérito semiestruturado. Os resultados mostraram que 42,83% dos participantes utilizaram medicamentos sem prescrição em um período de 15 dias, a maioria do sexo feminino e com presença de comorbidades, sob argumento de enxaqueca, presença de dor e uso por influência de familiares. Os autores destacaram, ainda, que mais da metade dos usuários da atenção primária no Brasil faz uso de medicamentos sem prescrição, evidenciando uma possível fragilidade na política de controle de medicamentos.

Em outro estudo, os autores Pepe, Novaes e Osorio-de-Castro (2021) descreveram ações das agências reguladoras e os desafios na implementação da política regulatória de medicamentos, observando que a tomada de decisão quanto ao uso de medicamentos ainda é influenciada por diversos fatores que dificultam o controle mais rigoroso. Em todo o mundo, as agências reguladoras enfrentam pressão pelo registro acelerado de medicamentos, ao passo que grandes empresas buscam o Poder Legislativo para garantir seus interesses, a propaganda de medicamentos impulsiona o consumo irracional e os profissionais

de saúde enfrentam desafios diários em relação à automedicação e suas consequências.

No Brasil, o controle e a fiscalização da venda de medicamentos estão ligados a órgãos reguladores, segundo determinações de uma legislação específica. A Anvisa é o principal órgão fiscalizador da produção e comercialização de medicamentos, estabelecendo padrões de qualidade e segurança, além de manter o controle e monitoramento dos medicamentos no mercado de consumo.

A prática da automedicação surge em um contexto complexo, sob influência de vários fatores. A ausência de um controle mais rigoroso no acesso a medicamentos, particularmente aqueles que só devem ser consumidos mediante prescrição médica, mas podem ser adquiridos facilmente em farmácias e drogarias e armazenados em casa, caracterizando as chamadas polifarmácias domésticas, evidencia um cenário propício ao consumo irracional de medicamentos que podem trazer graves consequências para a saúde.

Segundo Cardoso *et al.* (2022), os medicamentos isentos de prescrição são acessíveis à toda a população e essa facilidade torna esses fármacos diretamente relacionados à prática da automedicação. Esses medicamentos devem apresentar um baixo potencial de dano aos pacientes, mas também podem ocasionar riscos, principalmente quando combinados e consumidos com frequência, de maneira irracional, sem qualquer orientação.

Nesse sentido, as medidas de combate à automedicação devem passar pela revisão de práticas na prescrição, inserção do farmacêutico atuante nas equipes para aconselhar sobre o uso dos medicamentos, além do fortalecimento do sistema de saúde, com melhor acesso aos serviços.

Diante dos riscos relacionados à automedicação, a abordagem de combate à essa prática deve ser abrangente, incluindo uma política de controle e fiscalização mais rigorosa, incentivando hábitos mais responsáveis e o compartilhamento de responsabilidades entre profissionais e usuários (Hora, 2023).

O controle de medicamentos pode ser uma forma de enfrentar e reduzir o problema da automedicação, resultando em menor índice de complicações

relacionadas ao uso incorreto de medicamentos que, atualmente, causam impacto no âmbito da saúde pública.

Sousa *et al.* (2021) analisaram o consumo de medicamentos que sofreram alterações na regulamentação sanitária durante a pandemia da Covid-19, constatando que houve uma abrupta variação nas vendas de medicamentos, principalmente pela influência do aumento e redução de casos fatais de Covid-19. O uso dos medicamentos ivermectina, nitazoxanida e hidroxicloroquina sem prescrição, bem como de outros medicamentos, pode acarretar graves riscos à saúde. O profissional farmacêutico possui conhecimentos para orientar, alertar sobre riscos e contraindicações, promover o uso racional, educação em saúde e melhorar a qualidade de vida do paciente.

O uso de medicamentos sem o devido acompanhamento profissional ou prescrição pode levar ao agravamento de problemas de saúde e efeitos adversos importantes, como a criação de resistência do organismo ao medicamento, interações medicamentosas e intoxicações que podem evoluir para o óbito do paciente (Borges *et al.*, 2023). Nesse contexto, o farmacêutico desempenha o papel essencial de cuidado, aplicando seus conhecimentos sobre os riscos e benefícios dos medicamentos para orientar os pacientes e obter resultados terapêuticos de forma segura.

Duarte *et al.* (2021) estimaram a incidência de hospitalizações por intoxicação medicamentosa e a mortalidade no Brasil devido a esses agravos, no período de 2009 a 2018, revelando que a maioria das internações ocorreu por medicamentos com prescrição, mas foram utilizados de forma incorreta, ocasionando mortalidade 50 vezes maior em relação aos medicamentos isentos de prescrição.

As internações por intoxicação medicamentosa causam grande impacto na saúde pública, principalmente por agravos que podem ser prevenidos. Medicamentos com prescrição obrigatória que são adquiridos e consumidos facilmente pelas pessoas revelam falhas no controle de medicamentos com graves consequências.

Conforme Calado, Silva e Lima (2024), a intoxicação medicamentosa se refere a um conjunto de sintomas e manifestações provocadas pela ingestão ou

exposição a fármacos injetáveis, inalados ou absorvidos pela pele e mucosas em doses elevadas, podendo ser agudas quando apresentam sintomas por período variável de 24 horas ou até duas semanas, ou crônicas quando se desenvolvem ao longo de vários meses de exposição.

A facilidade de acesso aos medicamentos pode desencadear o uso frequente e irracional, inclusive com o armazenamento doméstico de grandes quantidades de medicamentos, gerando hábitos de consumo perigosos para a saúde. Nesse sentido, o controle mais rigoroso da venda de medicamentos contribui para reduzir a exposição, levando os usuários a passarem por um profissional prescritor antes de utilizar remédios.

Jesus e Salazar (2022) analisaram o perfil epidemiológico de idosos que se automedicam e adquirem medicamentos em drogarias. A maioria dos idosos praticantes de automedicação possuem polifarmácias em casa, nas quais os anti-inflamatórios são os medicamentos mais consumidos. A automedicação na terceira idade é particularmente preocupante e a facilidade na aquisição dos medicamentos é um fator que predispõe a prática da automedicação.

Em estudo semelhante, Azevedo, Santos e Menezes (2023) avaliaram o perfil da automedicação por habitantes do sudoeste baiano e como o marketing influencia o comportamento de consumo. A pesquisa abrangeu amostra de 100 participantes e mostrou que 90% dos sujeitos são adeptos da automedicação. As propagandas influenciaram 42% a comparem medicamentos. Assim, os autores concluíram que além da ineficácia do controle na venda e consumo de diversos medicamentos, o marketing farmacêutico pode promover a automedicação.

Apesar dos grandes avanços já alcançados no âmbito da saúde pública, grande parte da população ainda enfrenta dificuldades de acesso aos serviços. Ao mesmo tempo, a veiculação de propagandas na mídia pode impulsionar o uso de medicamentos, que passam a ser vistos como uma solução prática para problemas de saúde. Essas propagandas tendem a minimizar informações sobre cuidados e riscos, priorizando apenas o hábito de consumo para promover medicamentos (Amorim Filho *et al.*, 2022).

No Brasil, a publicidade e venda de medicamentos deve seguir regras específicas, iniciando pela advertência de que “ao persistirem os sintomas, o

médico deverá ser consultado”. Uma das principais fontes de regulamentação da publicidade no Brasil é o Código de Defesa do Consumidor (CDC), que trata da publicidade enganosa no artigo 37. Assim, a omissão de dados relevantes ou veiculação de informações que induzam o consumidor a erro já configura publicidade enganosa (BRASIL, 1990). Uma das estratégias para controlar e fiscalizar de forma mais rigorosa a venda de medicamentos no Brasil é a intensificação da fiscalização e aplicação de penalidades mais rigorosas para os casos de infração, haja vista que já existe uma legislação relacionada à venda de medicamentos e regulamentação daqueles que estão sujeitos a controle especial, mas a eficácia das normas ainda não é suficiente para garantir a observância pelas farmácias e drogarias.

Silva, Rocha e Batista (2021) avaliaram prescrições de medicamentos sujeitos a controle especial na Atenção Primária do Município de Caicó-RN com base na legislação vigente, em estudo descritivo-exploratório com abordagem quantitativa que abrangeu 1.682 prescrições. Os autores constataram que as prescrições não conformes foram predominantes (99,77%), apresentando falhas quanto à duração do tratamento, via de administração e nomenclatura do princípio ativo. Quanto às classes farmacológicas, predominaram os ansiolíticos benzodiazepínicos. Destaca-se a necessidade de reorientação da formação profissional e maior rigor no acesso e controle de medicamentos para proporcionar mais segurança aos usuários.

Em relação às precauções na prescrição medicamentosa, Araújo *et al.* (2022) explicam que os benzodiazepínicos frequentemente figuram como causa de intoxicação em idosos e, se consumidos concomitantemente a álcool e opioides, acarretam elevado risco de parada cardiorrespiratória.

Independentemente da classe medicamentosa, os riscos relacionados ao consumo sempre estão presentes. Por isso, o uso de medicamentos deve estar sempre equilibrado entre riscos e benefícios, sendo que estes devem sempre superar aqueles, com base em critérios científicos.

Santos *et al.* (2022) verificaram o comportamento de estudantes da área da saúde quanto ao uso de medicamentos e prática da automedicação. A maioria dos investigados possuía idade entre 25 e 29 anos, do sexo feminino e residindo

com familiares. Os antigripais foram a classe medicamentosa mais utilizada e apenas 9,3% registraram reações adversas. O consumo de medicamentos não prescritos alcançou 54,9% dos casos. Os autores concluíram que as práticas educativas nas instituições de ensino superior e o controle mais rigoroso de medicamentos são medidas que se impõem para combater a automedicação.

Por fim, Cavalcante, Silva e Quintilio (2023) avaliaram a prevalência da automedicação e os fatores associados em profissionais de saúde de um hospital público, bem como a atuação do farmacêutico no controle e prevenção da prática. Os autores constataram que os profissionais de saúde de ambos os sexos e com menos de 50 anos se sentem confortáveis com a automedicação e o farmacêutico foi indicado como profissional capacitado para orientar sobre o consumo de medicamentos.

O estudo destaca a complexidade de fatores envolvidos na automedicação entre profissionais de saúde, ressaltando a importância de aprofundar conhecimentos e aprimorar os mecanismos de regulação do acesso aos medicamentos.

A automedicação pelo uso de medicamentos de venda livre decorre da desnecessidade de prescrição para que esses produtos sejam comercializados. Entretanto, se a dose adequada não for obedecida, diversos efeitos adversos podem surgir, além da inefetividade terapêutica e intoxicações. Além disso, pacientes portadores de doenças crônicas, como a hipertensão arterial que fazem uso contínuo de medicamentos, ao associarem outro fármaco adquirido sem prescrição, podem sofrer complicações graves.

A classe dos anti-inflamatórios não esteroidais (AINES), por exemplo, apresentam maior risco de toxicidade gastrointestinal e danos renais nos pacientes idosos, além de eventos cardiovasculares e interações medicamentosas. Ao serem utilizados juntamente a medicamentos anti-hipertensivos, podem ocasionar eventos adversos variados e perigosos. Logo, devem ser evitados por idosos, ainda que sejam medicamentos de venda livre (Santos; Albuquerque; Guedes, 2022).

Nesse contexto, a intervenção do farmacêutico é fundamental para orientar os pacientes sobre os riscos do uso incorreto de medicamentos, mesmo

aqueles que podem ser adquiridos facilmente nas farmácias e são consumidos com frequência. O controle de acesso a medicamentos ainda não é suficiente para garantir o uso seguro mediante prescrição e dispensação orientada. Assim, o farmacêutico inserido nas equipes da Atenção Primária à Saúde e até mesmo nos estabelecimentos particulares, pode aplicar medidas de atenção farmacêutica, obtendo informações detalhadas sobre o histórico de saúde e uso de medicamentos do paciente para orientar sobre a melhor forma de utilizar a medicação prescrita.

Conforme Santos, Carvalho e Andrade (2021), a farmácia atualmente pode ser vista como porta de acesso à saúde, na qual o farmacêutico muitas vezes é procurado antes mesmo do serviço hospitalar. Assim, esse profissional possui conhecimentos e habilidades que podem ser aplicadas para promover o uso racional, conscientizar a população e estabelecer a importância da profissão nos estabelecimentos públicos de saúde, farmácias e drogarias.

A maioria dos medicamentos se sujeita à prescrição médica, ou seja, só podem ser comercializados e consumidos mediante uma prescrição válida. Apenas farmácias e drogarias estão autorizadas a vender medicamentos, nos termos da legislação em vigor, e devem contar com a presença de um farmacêutico. O Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM) permite um rastreio dos produtos farmacêuticos desde a produção até a comercialização (Sousa *et al.*, 2021).

Em relação a alguns medicamentos, o controle é mais rigoroso, a exemplo dos psicotrópicos, que podem gerar abuso e dependência, e de alguns antibióticos, que podem causar graves consequências se utilizados de maneira incorreta. A venda desses medicamentos somente pode ser feita com retenção de receita, além de outras exigências impostas pela Anvisa, como o registro de informações em livros específicos para objetivo de controle e fiscalização. Assim, existe um conjunto de medidas que visam garantir a segurança, legalidade e ética na venda de medicamentos e que podem contribuir para reduzir a prática de automedicação (Reis *et al.*, 2023).

Contudo, diante da grande variedade de medicamentos existente, os métodos de controle atuais ainda são flexíveis em relação a muitos produtos

farmacêuticos, viabilizando o acesso facilitado e, conseqüentemente, o uso indiscriminado. Nesse contexto, a melhoria de acesso da população aos serviços de saúde, em conjunto com campanhas de conscientização, fortalecimento da capacitação profissional para prevenção da automedicação e novas estratégias para controle de medicamentos podem contribuir para o enfrentamento ao problema da automedicação.

Por fim, a síntese dos estudos mostrou que o acesso facilitado a medicamentos, em conjunto com as ações de marketing farmacêutico, falta de orientações por parte da equipe multidisciplinar e lacunas na política de controle de medicamentos têm contribuído para a prática da automedicação pela população em geral, ocasionando riscos e agravos à saúde que permanecem como um dos mais importantes problemas atuais no âmbito da saúde pública. Nesse aspecto, o farmacêutico é um profissional capacitado a interferir na prática da automedicação, devendo estar presente na equipe multiprofissional da Atenção Primária à Saúde para desempenhar seu papel como agente de promoção da saúde, autocuidado e prevenção.

5. Conclusão

O controle de medicamentos e a automedicação são temas que se entrelaçam e têm motivado debates na literatura científica. O presente estudo foi realizado no intuito de analisar a importância do controle sobre a venda de medicamentos como forma de combate à automedicação, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A análise da literatura demonstrou a complexidade do tema e a necessidade de intensificar ações de prevenção, educação em saúde e orientações contínuas aos usuários dos serviços de saúde para evitar a prática da automedicação.

O acesso facilitado a muitos medicamentos se torna ainda mais preocupante em relação a populações mais vulneráveis, como os idosos e portadores de doenças crônicas, que podem acumular medicamentos e utilizar livremente, sem qualquer orientação profissional, devido às crenças e hábitos já enraizados de consumo. Possíveis falhas na política de controle de medicamentos

favorecem o acesso e uso indiscriminado, inclusive de medicamentos que devem ser consumidos apenas sob prescrição.

Além da regulamentação e fiscalização mais rigorosas, a ação dos profissionais de saúde, especialmente do farmacêutico, é essencial para estimular condutas de autocuidado, prevenção e promoção da saúde em relação ao consumo de medicamentos, conscientizando sobre os riscos e consequências do uso inadequado. Os cuidados farmacêuticos possuem importância central na relação dos usuários com o medicamento, contribuindo para uma mudança de perspectiva em relação ao tratamento medicamentoso.

O estudo realizado permite concluir que o controle sobre a venda de medicamentos ainda possui lacunas que dificultam o combate à automedicação. A regulamentação mais rigorosa pode contribuir para reduzir práticas que impactam negativamente a saúde pública. Nesse contexto, a atuação profissional do farmacêutico é imprescindível para difundir conhecimentos, orientar a população, incentivar condutas de autocuidado em relação ao consumo de medicamentos e proporcionar mais segurança aos usuários dos serviços de saúde.

O presente estudo contribui para incrementar a literatura correlata ao tema, constituindo subsídio teórico que pode ser útil a profissionais e estudiosos interessados em se aprofundar no assunto. Novos estudos devem ser realizados para aprofundar pesquisas sobre a necessidade de controle mais rigoroso sobre a venda e acesso aos medicamentos pela população em geral.

Referências

AMORIM FILHO, Hytarcides de; CAVALCANTI, Jéssica Tamyrís de Freitas; SILVA, Thais Fernanda Melo Gomes da; SANTANA, George Misael Ferreira de; LIMA, Januária Rodrigues de; CANDIDO, Thayna Rhomana da Silva. As atribuições clínicas do farmacêutico na diminuição dos problemas relacionados aos medicamentos frente a automedicação por medicamentos isentos de prescrição comercializados em drogarias. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 8, p. 24-32, p. 24-33, 2022.

ANDRADE, Eder Aleksandro; MORENO, Vanessa Generale; LOPES-ORTIZ, Mariana Aparecida. Perfil de uso de medicamentos e automedicação, em uma

população universitária, frente a pandemia da Covid-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 73772-73784, jul., 2021.

ARAÚJO, João Vitor Gontijo; FARKASVOLGYI, Bárbara; CAMPANATI, Samara Sary Eldim; RACHID, Valkiria Lopes; STAICO, Bruna Machado; SCHUFFNER, William Aquino; ALMEIDA, Beatriz Charbel Leitão de. Intoxicação aguda: aspectos epidemiológicos, fisiopatológicos e manejo terapêutico para as principais substâncias envolvidas. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 9, p. 62845–62856, 17 set. 2022.

AZEVEDO, Monarly Campos; SANTOS, Rafael Pires dos; MENEZES, Ana Carolina Pessoa Moreira. Influência da propaganda na automedicação entre a população de Vitória da Conquista. **Id on line Revista de Psicologia**, v. 17, n. 65, p. 383-396, fev., 2023.

BATISTA, Julia Arruda; GARBIN, Artênio Jose Isper; WAKAYAMA, Bruno; GARBIN, Artênio Jose Saliba; SALIBA JUNIOR, Orlando Adas; GARBIN, Clea Adas Saliba. Automedicação e saúde pública: dimensionamento dos fatores de risco e comportamentos de saúde. **Saúde e Pesquisa**, v. 14, supp. 1, p. 1-18, 2021.

BORGES, Ellen Cristina Alves; RUIZ, Ana Carolina; PEREIRA, Érica Rezende; CRISPIM, Leana Ferreira; ARAÚJO, Winícius Arildo Ferreira. A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 4036-4050, jan., 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Código de Defesa do Consumidor. Online, 1990. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm
Acesso em: 29 abr. 2024

CALADO, Guilherme de Araújo; SILVA, Marília Vital da; LIMA, Cristiane Gomes. Riscos da automedicação e a importância da venda controlada de medicamentos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 10, n. 6, p. 1117-1130, jun., 2024.

CARDOSO, Daniel Siqueira; MAGALHÃES, Edivane Queiroz; BARROS, Landerson Guimarães; ALHO, Rosane da Costa; SILVA, Alessandro Tavares da. O uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. 1-8, 2022.

CARSONI, Liana Maria Mazutti; AVIGO JUNIOR, Devanir. Marketing farmacêutico: relação das publicidades televisivas com a automedicação. **Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 19, n. 4, p. 55-67, out./dez., 2018.

CAVALCANTE, Ana Alice Oliveira Guimarães; SILVA, Thaís Martins da.; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. Automedicação entre os profissionais de saúde e

o papel do farmacêutico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 13, jul./dez., 2023.

CORDEIRO, Lucas Horn. **Análise da prática da automedicação e a potencial toxicidade de medicamentos**. 2022, 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

COSTA JUNIOR, Vanilson Silva; OLIVEIRA, Ana Livia Rodrigues de; AMORIM, Aline Teixeira. Automedicação influenciada pela mídia no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. 1-15, 2022.

DUARTE, Fernanda Gross; PAULA, Marcelo Neubaer de; VIANNA, Nelzair Araújo; ALMEIDA, Conceição Chagas de; MOREIRA JUNIOR, Edson Duarte. Óbitos e internações decorrentes de intoxicações por medicamentos com prescrição e isentos de prescrição, no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 1-11, 2021.

HORA, Tainá Francisca Tavares da. Atenção farmacêutica: a prescrição farmacêutica como alternativa no combate à automedicação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 278-285, jun., 2023.

JESUS, Janoele Mota de; SALAZAR, Janiele Mota. Automedicação na terceira idade: perfil epidemiológico de idosos na aquisição de medicamentos em drogarias de Imperatriz – MA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 6, p. 359-380, jun., 2022.

LIMA JUNIOR, Antônio Paixão de. **Farmacêutico como agente educador: reduzindo riscos da automedicação na sociedade contemporânea**. 2023, 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

LIMA, Dhulya dos Santos; GUEDES, João Paulo de Melo. Atribuições do farmacêutico no uso racional de medicamentos e automedicação. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. 1-9, 2021.

MOREIRA, E. M. de F.; ARAÚJO, D. I. A. F. de. A importância da intervenção farmacêutica no processo de validação da prescrição: garantia de segurança e efetividade terapêutica. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [S. l.]**, v. 11, n. 1, 2023. DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.1600.

MOYSÉS, Daniele de Araújo; GALUCIO, Natasha Costa da Rocha; SILVA, Ana Martha do Nascimento; ROCHA, Joseneide Gonçalves da; GABRIEL, Karla Augusta da Silva; MOYSÉS, Dandara de Araújo; VALE, Valdicley Vieira; CORREA, Regianne Maciel dos Santos. O papel do farmacêutico no controle, orientação e prevenção da automedicação em idosos: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. 1-16, 2022.

OLIVEIRA, Helen de; SILVA, Claudinei Mesquita da. Atuação do farmacêutico na redução do número de casos de intoxicação medicamentosa associada à automedicação em idosos. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 12, p. 1-12, 2023.

PAULA, Claudia Costa da Silva; RODRIGUES, Suely Maria; MARÇAL, Pedro Henrique Ferreira. Automedicação: influência das territorialidades e suas motivações. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, p. 1-16, 2022.

PEPE, Vera Lúcia Edais; NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh; OSORIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. COVID-19 e os desafios para a regulação de medicamentos em tempos de pandemia. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4693-4702, 2021.

REIS, Vinny de Souza; PINHEIRO, Dara Rodrigues; GOMES, Henrique Sérgio Lima; KOKUDAI, Rinara Lopes Negreiros. Automedicação e uso indiscriminado de antibióticos. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, 2023.

SANTOS, Echile Lorrany Gonçalves dos; ANTUNES, Luana Lavine Pereira; SEABRA, Daniel Brendon Melo Henriques; FONSECA, Alenice Aliane; FREITAS, Tahiana Ferreira; PEREIRA, Éryka Jovânia; FREITAS, Ronilson Ferreira. Comportamento de estudantes universitários da área da saúde com relação à utilização de medicamentos e a prática da automedicação. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, p. 1-11, 2022.

SANTOS, Priscila Chaves dos; CARVALHO, Alcione Silva de; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. Automedicação e o uso irracional: o papel do farmacêutico no combate a essas práticas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 7, n. 10, out., 2021.

SANTOS, Shariene Tainara da Silva; ALBUQUERQUE, Natália Luciene de; GUEDES, João Paulo de Melo. Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. 1-7, 2022.

SILVA, Lucas Soares da Nóbrega; ROCHA, Maria Vitória Ideão Leite da; BATISTA, Almária Mariz. Prescrições de medicamentos sujeitos a controle especial em um município do Seridó Potiguar, Brasil. **Infarma Ciências Farmacêuticas**, v. 33, p. 167-174, 2021.

SILVA, Sulyane Ferreira da. **Automedicação em população urbana no município de Coari-Amazonas**. 2023, 74 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade do Estado do Pará, Manaus, 2023.

SOUSA, Francisco das Chagas Araújo; SANTOS, Izamara Salviano dos; BARBOSA, Suellen Martins; MESQUITA, Alysson Kenned de Freitas; SILVA, Wenderson Costa da; SILVA, Francisco Laurindo da; REIS, Liana Cynthia de

Macedo. Análise do consumo de medicamentos que sofreram alterações em sua regulamentação sanitária durante a pandemia do Covid-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. 1-7, 2021.